

ELEIÇÕES MUNICIPAIS: UMA VIVÊNCIA DEMOCRÁTICA COM ESTUDANTES DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Paulo Jorge Dias Filho ¹

Luciano Vignochi ²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo relatar uma intervenção psicopedagógica desenvolvida com estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Londrina, no estado do Paraná, na qual uma simulação das eleições municipais foi utilizada como estratégia para enfrentar as dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de História e Geografia. A proposta surgiu a partir da observação da baixa participação dos alunos durante as aulas e da necessidade de repensar as práticas pedagógicas adotadas. A intervenção foi fundamentada na Psicopedagogia Institucional (Fernández, 2001; Bossa, 2007), que compreende o sujeito em sua totalidade e busca transformar o ambiente escolar em um espaço mais acolhedor, e no Desenho Universal para a Aprendizagem – DUA (Rose; Meyer, 2002), que propõe flexibilização curricular e múltiplas formas de engajamento, representação e expressão no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com delineamento descritivo e caráter interventivo, configurando-se como um relato de experiência. A metodologia envolveu o planejamento e desenvolvimento de uma proposta pedagógica interdisciplinar, composta por diferentes etapas: levantamento inicial das dificuldades de aprendizagem dos alunos, organização de grupos de trabalho, elaboração de campanhas eleitorais, produção de propostas de governo, debates públicos e, por fim, uma votação simbólica. Todo o processo foi acompanhado por observações e registros, permitindo a análise dos efeitos da intervenção sobre o engajamento, a participação e a aprendizagem dos estudantes. Os resultados revelam que, ao conectar os conteúdos escolares à realidade dos alunos, aliados ao olhar psicopedagógico institucional e às diretrizes do DUA, é possível promover uma aprendizagem mais significativa e inclusiva, podendo contribuir de maneira efetiva para o enfrentamento do fracasso escolar e para a formação cidadã desde os anos iniciais da escolarização. O coautor deste trabalho, Professor Doutor Luciano Vignochi, atuou como orientador da pesquisa e acompanhou todas as etapas da intervenção.

Palavras-chave: Psicopedagogia Institucional, Desenho Universal para a Aprendizagem, Cidadania, Inclusão, Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

O ensino de História e Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à motivação dos alunos. A percepção de que os conteúdos são excessivamente teóricos e desconectados da realidade prática pode levar ao desinteresse e comprometer o processo de

¹ Especialista do Curso de Psicopedagogia Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, pj.diasf@gmail.com;

² Doutor pelo Curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, profuvignochi@gmail.com



aprendizagem. Segundo Dorotéo (2016), é essencial que o ensino de História nos anos iniciais considere as especificidades do saber histórico, buscando estratégias que tornem o conteúdo mais acessível e envolvente para os estudantes. Além disso, para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), o ensino de História contribui para que os estudantes construam sua identidade e desenvolvam uma consciência crítica, ao relacionarem acontecimentos históricos com o contexto social em que vivem.

Na Escola Municipal Senador Gaspar Velloso, localizada em Londrina, observou-se que os estudantes do 5º ano demonstravam desmotivação nas disciplinas de História e Geografia. Conversas com a coordenação pedagógica e a direção evidenciaram a necessidade de uma abordagem diferenciada que despertasse o interesse dos alunos e os colocasse no centro do processo de aprendizagem. Essa constatação está alinhada com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, que enfatiza a importância de metodologias ativas e contextualizadas para o ensino dessas disciplinas (BNCC, 2017).

Diante desse cenário, surgiu a proposta de realizar uma simulação de eleições municipais, intitulada *"Eleições Municipais: uma vivência democrática com estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental"*. Essa atividade foi escolhida não apenas por sua relevância no ensino dos conceitos de democracia e cidadania, mas também como uma maneira de aproximar os estudantes dos conteúdos de forma lúdica e participativa. A BNCC destaca a importância de desenvolver nos alunos competências relacionadas à responsabilidade e cidadania, incentivando a participação ativa e crítica na sociedade (BNCC, 2017).

Além de promover o entendimento sobre o sistema eleitoral, o projeto contribuiu para o desenvolvimento de habilidades como argumentação, cooperação e senso crítico, essenciais para a formação de cidadãos ativos e conscientes. De acordo com Freire (1996), ensinar não significa apenas transmitir conhecimentos, mas sim criar condições que favoreçam sua produção e construção pelo próprio aprendiz. Nesse sentido, atividades práticas que envolvemos alunos em processos democráticos reais ou simulados são fundamentais para a construção de uma consciência crítica e participativa.

Esta prática pedagógica reforça o papel da Psicopedagogia Institucional em criar experiências educativas que se conectem com o mundo dos alunos. Desta forma, o presente artigo busca relatar essa vivência, destacando os desafios enfrentados, os aprendizados desenvolvidos e os efeitos que essa intervenção psicopedagógica teve no engajamento dos estudantes.



METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e com caráter interventivo, configurando-se como um relato de experiência psicopedagógica. A intervenção foi realizada em uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública localizada na cidade de Londrina (PR), tendo como foco o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de História e Geografia.

A escolha pela abordagem psicopedagógica institucional fundamenta-se em autores como Bossa (2007) e Fernández (2001), os quais ressaltam a importância de compreender o estudante em sua totalidade, considerando aspectos cognitivos, emocionais e sociais, bem como de transformar o ambiente escolar em um espaço mais acolhedor e responsivo às necessidades dos alunos. Assim, a intervenção partiu do reconhecimento das dificuldades específicas apresentadas por parte dos estudantes, buscando adaptar a prática pedagógica por meio de estratégias inclusivas e personalizadas.

A metodologia envolveu as seguintes etapas:

- Diagnóstico inicial das dificuldades de aprendizagem, realizado por meio da observação direta em sala e de registros pedagógicos;
- Planejamento colaborativo entre o professor regente, a coordenação pedagógica e o psicopedagogo institucional, visando à construção de uma proposta interdisciplinar;
- Organização de grupos de trabalho e elaboração de campanhas simuladas de eleições municipais, com produção de propostas, debates e votação simbólica;
- Acompanhamento do processo, com registros em diário de campo e coleta de evidências sobre o engajamento e a participação dos estudantes.

A intervenção também se apoiou nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), conforme Rose e Meyer (2002), promovendo múltiplas formas de engajamento, representação e expressão. A proposta integrou práticas colaborativas no contexto institucional, conforme defendido por Arnaiz *et al.* (1999), com a participação ativa de professores e equipe pedagógica no planejamento e acompanhamento das ações.



Com base nessa abordagem, buscou-se compreender como práticas psicopedagógicas bem estruturadas, alinhadas a referenciais teóricos e desenvolvidas em colaboração com a equipe escolar, podem contribuir para uma aprendizagem mais significativa, inclusiva e cidadã nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

REFERENCIAL TEÓRICO

A ação docente no contexto escolar vai muito além da simples transmissão de conteúdos. O professor, enquanto mediador do processo de ensino-aprendizagem, enfrenta o desafio de lidar com as múltiplas diversidades cognitivas, emocionais e sociais de seus alunos. De acordo com Tardif (2014), o trabalho docente é complexo justamente porque o professor precisa adaptar constantemente suas práticas pedagógicas para atender às diferentes realidades presentes em sala de aula, sem perder de vista os objetivos educacionais. Esse papel exige flexibilidade e criatividade para garantir que todos os alunos, com suas particularidades, possam se beneficiar do processo educativo.

Entre os principais desafios da prática pedagógica está o enfrentamento do fracasso escolar. Esse fenômeno não pode ser reduzido a uma simples questão de falta de esforço individual por parte do aluno, ao contrário, como salienta Charlot (2000), o fracasso escolar é, em grande parte, resultado de problemas estruturais da escola e das práticas pedagógicas. Ao não reconhecer as diferenças e dificuldades dos estudantes, o sistema educacional muitas vezes acaba reforçando as desigualdades, o que contribui para a exclusão e, em alguns casos, para a evasão escolar.

Diante desse cenário, a superação do fracasso escolar não pode ser alcançada sem uma mudança nas práticas pedagógicas. A Psicopedagogia Institucional, conforme destaca Fernández (2001), apresenta-se como uma ferramenta fundamental para esse processo de transformação. Através de suas intervenções, a psicopedagogia busca compreender as barreiras que dificultam a aprendizagem e transformar a relação do aluno com o saber. Essa abordagem institucional foca na criação de um ambiente escolar mais acolhedor, que esteja preparado para lidar com as necessidades e particularidades de cada estudante, promovendo uma experiência de aprendizagem mais inclusiva e significativa.

Além da contribuição da Psicopedagogia Institucional, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), proposto por Rose e Meyer (2002), também oferece uma abordagem pedagógica inovadora para combater o fracasso escolar. O DUA propõe a criação de currículos flexíveis e acessíveis, que permitam a todos os alunos,



independentemente de suas diferenças cognitivas, culturais ou sociais, acessar o conteúdo de forma significativa. Ao oferecer múltiplas formas de representação, expressão e engajamento, o DUA não só facilita o processo de aprendizagem, como também valoriza a individualidade de cada aluno, permitindo que todos participem ativamente do ambiente escolar.

A conexão entre a Psicopedagogia Institucional e o DUA se dá na maneira como ambas as abordagens reconhecem e respondem à diversidade presente nas salas de aula. Ao passo que a Psicopedagogia Institucional foca em transformar a escola em um espaço inclusivo e acolhedor, o DUA garante que as práticas pedagógicas sejam suficientemente flexíveis para atender a todas as necessidades. Isso implica, por exemplo, na adaptação do currículo e dos métodos de ensino para que os alunos possam se expressar de diferentes maneiras, engajar-se de forma autônoma e ter acesso a diferentes formas de conteúdo.

O fracasso escolar se apresenta como sendo um fenômeno complexo, envolvendo fatores tanto individuais quanto institucionais, que impactam o desempenho acadêmico dos estudantes e suas trajetórias educacionais. Charlot (2000) nos lembra que o fracasso escolar também reflete as desigualdades sociais e as dificuldades das escolas em se adaptar às diversas realidades dos alunos. Muitas vezes, as práticas pedagógicas tradicionais não conseguem oferecer suporte suficiente para aqueles que têm necessidades diferentes, o que acaba perpetuando o ciclo de exclusão.

Nesse sentido, a Psicopedagogia Institucional e o DUA oferecem soluções que não apenas reconhecem as barreiras que os alunos enfrentam, mas também promovem estratégias para superá-las. Fernández (2001) destaca que o fracasso escolar frequentemente está relacionado ao descompasso entre as práticas pedagógicas e as necessidades dos estudantes. Portanto, a reorganização do ambiente escolar e a adaptação dos currículos são essenciais para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Ao colocar o aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem, tanto a Psicopedagogia Institucional quanto o DUA oferecem caminhos concretos para a superação do fracasso escolar. Elas propõem uma transformação que vai além da sala de aula, promovendo uma escola inclusiva, flexível e capaz de atender à diversidade de seus estudantes. Somente por meio da implementação dessas práticas, que reconhecem e valorizam as diferenças, será possível superar os desafios do fracasso escolar e garantir o sucesso acadêmico de todos.



Trabalhar os temas de democracia e cidadania, por exemplo, desde os anos iniciais do ensino fundamental é essencial para a formação de indivíduos conscientes, críticos e atuantes na sociedade. As disciplinas de História e Geografia oferecem um contexto propício para a abordagem desses conceitos, proporcionando aos alunos a oportunidade de compreender o funcionamento das instituições políticas e o papel do cidadão no exercício de seus direitos e deveres.

Nesse sentido, abordar temas como democracia e cidadania desde cedo possibilita aos alunos desenvolverem uma consciência crítica sobre sua participação na vida pública e na construção de uma sociedade mais justa. A escola, como espaço de formação integral, deve promover o exercício do pensamento democrático, estimulando o debate e o respeito às diferentes opiniões, algo que pode ser efetivamente trabalhado em atividades práticas no ensino de História e Geografia. Segundo Libâneo (2008),

Esse modo de ver o ensino significa dizer que o ensino mais compatível com o mundo da ciência, da tecnologia, dos meios de comunicação, é aquele que contribui para que o aluno aprenda a lidar com seu próprio raciocínio, que forme conceitos e categorias de pensamento decorrente da ciência que está aprendendo, para lidar praticamente com a realidade. (Libâneo, 2008, p. 12).

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), reconhece a importância do desenvolvimento da cidadania e da democracia como competências gerais a serem estimuladas desde os primeiros anos de escolarização. Conforme o documento, a educação básica tem como objetivo formar cidadãos capazes de compreender, valorizar e aplicar os conhecimentos históricos e geográficos para uma participação ativa e crítica na sociedade. Isso destaca o papel fundamental das disciplinas de História e Geografia no fortalecimento das competências cívicas e na construção de uma visão crítica sobre o funcionamento das instituições democráticas.

John Dewey (1938), um dos principais defensores da educação democrática, argumenta que a escola deve ser uma miniatura da sociedade em que os alunos possam vivenciar e experimentar práticas democráticas. Ele afirma que a educação não deve ser entendida como uma preparação para a vida futura, mas sim como parte essencial da própria experiência de viver, defendendo que o ensino deve ser estruturado de forma que os alunos experimentem a democracia em suas práticas cotidianas. O ambiente escolar, portanto, se torna o espaço ideal para que os alunos comecem a compreender a importância de sua participação no processo democrático.



Ao trabalhar esses conceitos desde os anos iniciais, os professores de História e Geografia podem criar experiências que contextualizam a realidade dos alunos e desenvolvem sua compreensão sobre as estruturas políticas e sociais. Como salienta Arendt (2002), a educação é o ponto onde se decide se amamos o mundo o suficiente para assumirmos a responsabilidade por ele e se estamos dispostos a prepararmos as próximas gerações para essa responsabilidade. Ou seja, educar para a cidadania e para a democracia é uma tarefa que ultrapassa a simples transmissão de informações, pois envolve a preparação dos alunos para agirem como cidadãos conscientes e comprometidos com o bem comum.

Portanto, a abordagem de democracia e cidadania no ensino de História e Geografia nos anos iniciais desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes, oferecendo-lhes as ferramentas necessárias para entender o mundo em que vivem e participar ativamente da sociedade. Ao promover o debate, o diálogo e o respeito às diferenças, a escola contribui para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Desta forma, caminhando ao encontro das ideias supracitadas, a intervenção psicopedagógica realizada com os alunos do 5º ano foi estruturada com base em dois eixos fundamentais: os princípios da Psicopedagogia Institucional e o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Ambos os referenciais teóricos, ao serem aplicados no ensino de História e Geografia, permitiram uma abordagem mais inclusiva, considerando as diferentes formas de aprender e a importância de conectar o conteúdo teórico à prática cotidiana dos alunos.

De acordo com as contribuições de Visca (1991), a Psicopedagogia Institucional reconhece a importância de uma intervenção que atue diretamente no contexto escolar, promovendo a cooperação e a construção coletiva do conhecimento. Esse princípio foi aplicado desde a primeira atividade da intervenção, realizada em 24 de junho de 2024, na qual os alunos foram inseridos em uma simulação eleitoral. A escolha de trabalhar de forma colaborativa, dividindo os alunos em grupos para explorar os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador, seguiu a premissa de que o conhecimento é construído em interação com o outro (Vigotski, 1998). A articulação com o DUA, conforme Rose e Meyer (2002), garantiu a adaptação dos recursos utilizados, com vídeos, materiais impressos e tecnologia, assegurando que todos os alunos pudessem acessar o conteúdo, independentemente de suas necessidades específicas.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 01 de julho de 2024, durante a atividade "Elaborando as Propostas de Governo", os alunos foram desafiados a aplicar conceitos de História e Geografia ao desenvolver propostas voltadas ao município fictício chamado de *Gaspar Velloso*. De acordo com Ausubel (2003), a aprendizagem significativa ocorre quando o aluno consegue relacionar o conteúdo novo com seus conhecimentos prévios. Essa atividade foi planejada para que os alunos não apenas memorizassem conceitos, mas os aplicassem a situações concretas, promovendo o que Freire (1996) chamava de "educação para a autonomia", onde o aluno se torna o protagonista do seu processo de aprendizagem. O DUA garantiu que essa autonomia fosse alcançada através da flexibilidade na apresentação das propostas, permitindo múltiplas formas de expressão, como sugerido por Meyer e Rose (2005). A figura 1, ilustra o momento da elaboração das propostas de campanha pelos estudantes.

Figura 1: Elaboração das propostas de campanha



Fonte: do autor (2024)

A criação do "Material de Campanha" em 05 de agosto de 2024 incorporou as ideias de Gardner (2001) sobre as inteligências múltiplas, permitindo que os alunos utilizassem suas habilidades artísticas, verbais e digitais para comunicar suas propostas políticas. Essa abordagem está em conformidade com a Psicopedagogia Institucional, que, segundo Bossa (2007), visa valorizar a individualidade do aluno, permitindo que ele desenvolva suas potencialidades dentro do ambiente escolar. O DUA, por sua vez, assegura que diferentes formas de ação e expressão sejam promovidas, permitindo que os alunos escolham a melhor maneira de demonstrar seu aprendizado, reforçando a inclusão



e a acessibilidade para todos. Vitaliano e Prais (2020) explicam que o Desenho Universal para a Aprendizagem busca tornar o ensino acessível a todos, ao valorizar diferentes formas de representação, expressão e engajamento. A figura 2, ilustra o momento da confecção dos materiais de campanha pelos alunos.

Figura 2: Confecção do material de campanha.



Fonte: do autor (2024)

Os debates políticos realizados em 12 de agosto de 2024 e 19 de agosto de 2024 seguiram o princípio da interação social como fundamental para o aprendizado, conforme defendido por Vigotski (1998). A Psicopedagogia Institucional vê o conflito cognitivo como uma oportunidade para o crescimento (Fernández, 2001), e os debates permitiram que os alunos confrontassem suas ideias de maneira estruturada e construtiva. Nesse sentido, Freire (1996) ressalta que o diálogo é uma ferramenta pedagógica poderosa, pois possibilita o desenvolvimento da criticidade, algo essencial no ensino de História e Geografia. A estrutura do debate, ao considerar as regras e os tempos de fala, garantiu que todos os alunos pudessem participar de maneira equitativa, seguindo as diretrizes do DUA para a criação de um ambiente de aprendizagem acessível e inclusivo.

Finalmente, o "Dia das Eleições" realizadas em 02 de setembro de 2024, foi o ápice da intervenção. Esse evento culminou no exercício prático do voto, que, como proposto por Dewey (1938), permitiu que os alunos aplicassem o conhecimento em uma situação real, tornando o aprendizado mais significativo. A prática de vivenciar um processo democrático também está em consonância com as diretrizes da BNCC (2017), que incentiva o desenvolvimento de competências relacionadas à cidadania e à participação política nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A imagem 3, ilustra o dia da votação, contendo a urna eletrônica e a mesa receptora.



Figura 3: Momento da Votação



Fonte: do autor (2024)

A intervenção psicopedagógica, portanto, não se limitou à superação das dificuldades de aprendizagem, mas também promoveu um ensino de História e Geografia que dialoga com as práticas inclusivas, conforme recomendado pelo DUA. Como aponta Mantoan (2003), a verdadeira inclusão só é alcançada quando todos os alunos têm a oportunidade de participar plenamente do processo de aprendizagem, o que buscou-se garantir ao longo de cada etapa da intervenção

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou uma análise detalhada sobre os desafios enfrentados pela ação docente, o fracasso escolar e as possibilidades de superação por meio de práticas pedagógicas inclusivas. A reflexão teórica se baseou em conceitos fundamentais da Psicopedagogia Institucional e do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), abordando como essas perspectivas podem transformar o ambiente escolar e promover um ensino mais justo e equitativo.

Ao longo da pesquisa, ficou evidente que o fracasso escolar não pode ser compreendido isoladamente, como um problema individual dos alunos, mas sim como um fenômeno complexo, vinculado às desigualdades sociais e às inadequações das práticas pedagógicas tradicionais. A ação docente, ao se deparar com essas questões, deve buscar continuamente adaptar suas metodologias, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais acessível e significativo para todos os estudantes. A Psicopedagogia Institucional, ao propor intervenções que consideram os aspectos institucionais e os



fatores que dificultam o aprendizado, se apresenta como uma ferramenta fundamental na superação do fracasso escolar.

Além disso, o DUA oferece uma metodologia inovadora e eficaz ao garantir que os conteúdos sejam acessíveis a todos, respeitando as peculiaridades cognitivas e sociais de cada aluno. Ao aplicar esses princípios no ensino de História e Geografia, o estudo demonstrou como as disciplinas podem se tornar um espaço de reflexão crítica sobre cidadania e democracia, preparando os alunos para uma participação ativa e consciente na sociedade.

A partir do desenvolvimento deste estudo, foi possível verificar que as práticas pedagógicas devem sempre buscar a inclusão e o reconhecimento da diversidade como um valor central no processo educacional. Embora os desafios da ação docente sejam constantes, a adoção de abordagens flexíveis e inclusivas, como a Psicopedagogia Institucional e o DUA, abre caminhos promissores para a construção de uma educação mais equitativa e transformadora.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ARNAIZ, P. *et al.* Trabajo colaborativo entre profesores y atención a la diversidad. **Comunidad Educativa**, n. 262, p. 29-35, 1999.

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos**: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.

BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 out. 2024.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DEWEY, J. **Experience and Education**. New York: Macmillan, 1938.

DOROTÉIO, P. K. S. S. Ensinar história nos anos iniciais do Ensino Fundamental: desafios conceituais e metodológicos. **História & Ensino**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 207–228, 2016.

FERNÁNDEZ, A. **A inteligência aprisionada**: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.



FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARDNER, H. **Inteligências múltiplas**: a teoria na prática. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LIBÂNEO, J. C. Didática e epistemologia: para além do embate entre a didática e as didáticas específicas. In: VEIGA, I. P. A.; D'ÁVILA, C. (orgs.). **Profissão docente**: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas (SP): Papirus Editora, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MEYER, A.; ROSE, D. H. **Teaching Every Student in the Digital Age**: Universal Design for Learning. Alexandria: ASCD, 2002.

MEYER, A.; ROSE, D. **The Future is in the Margins**: The Role of Technology and Disability in Educational Reform. Washington: CAST, 2005.

PIAGET, J. **A equilibração das estruturas cognitivas**: problema central do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

RICHARTZ, T.; GONÇALVES, J. E. Psicopedagogia institucional: sugestões de um roteiro de intervenção no ensino superior. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 33, n. 102, p. 385-395, 2016.

ROSE, D. H.; MEYER, A. **Teaching Every Student in the Digital Age**: Universal Design for Learning. Alexandria: ASCD, 2002.

SILVA, M. J.; PITOMBO, C. H. Diagnóstico psicopedagógico institucional: o exercício do olhar sobre a instituição. **Revista Construção Psicopedagógica**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 5-15, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542020000100005. Acesso em: 01 nov. 2024.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VISCA, J. **Psicopedagogia clínica**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1991.

VITALIANO, C. R.; PRAIS, J. L. S. **Desenho universal para a aprendizagem na promoção da educação inclusiva**: uma revisão sistemática. Exitus, Santarém, v. 10, n. 1, p. 263-284, 2020.

